

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • € 0,75 • Ano XI • Novembro/Dezembro 2002 • Nº 51

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA DIVORCIADO DA REALIDADE

A "Defesa Nacional" é um assunto transversal a toda a sociedade portuguesa sendo, por conseguinte, essencial centrar o seu debate em elementos que nos possam transmitir uma visão desmilitarizada e abrangente deste conceito, que tão arredado tem andado do país e das suas preocupações, tantas vezes desvirtuadas em pseudo motivações acessórias e desmotivadoras duma verdadeira identidade nacional, infelizmente desvalorizada face a excessivas preocupações de alinhamento a uma nova ordem mundial e alianças que cada vez mais nos fazem esquecer que somos um país com identidade própria com um passado e um futuro a defender.

Págs. 5 e 6



Um orçamento
que não resolve

Pág. 2

Condições de
vida em queda

Pág. 3

Audiência com
CEMFA

Pág. 4

Não mexam no
Estatuto de
Aposentação

Pág. 5

Os mesmos
remédios para
os mesmos
males

Pág. 8

Isenção
e crítica

Pág. 9

Higiene
e Segurança
no Trabalho

Pág. 10

Convénio
em Oeiras

Pág. 11

Actividade
desportiva

Pág. 11

A Direcção da ANS deseja
a todos os camaradas e amigos

BOAS FESTAS
e FELIZ ANO NOVO

DL 207/02

Injustiça reparada

Pág. 12

EDITORIAL

Ano das carreiras

Quando se aproxima a quadra natalícia e um outro ano se perspectiva no horizonte, estão uma vez mais os Sargentos de Portugal "a combater na trincheira", defendendo os seus direitos face ao agravamento das condições sociais, nomeadamente as pensões de reforma. E importa dizer que este combate não se resume a resistir contra a perda de uma fatia de dez por cento no montante do valor da pensão de reforma. Não! A questão não é tão simples quanto isso. Tudo isto tem a ver com um acumulado de perdas que há mais de vinte anos vem atingindo os militares, em particular, a perda de poder de compra, conforme se conclui de estudos feitos no que respeita à equidade externa quando comparado com profissões de referência. Acrescente-se o caso de mais de seiscentos medicamentos que deixaram de ser comparados pelas ADM's, a esmagadora maioria das clínicas com quem existiam acordos ADM's deixaram de o ser a cem por cento cabendo agora ao militar suportar a percentagem não coberta, existem atrasos significativos — de seis a oito meses — no pagamento das participações ADM's. Entretanto, os mecanismos que nos deveriam assegurar a transição para a reforma estão longe de cumprir a sua função. O Fundo de Pensões estará em risco de ruptura, o Complemento da Pensão de Reforma continua, escandalosamente, por pagar... e tudo isto ainda se agrava mais quando os cidadãos em uniforme sobre quem estas questões impendem não têm perspectivas de carreira, correndo o risco, alguns, e sendo um destino certo para outros, terminarem as suas vidas militares no segundo ou terceiro posto de uma carreira, logo com valores de pensão muito longe daquilo que seriam as suas legítimas aspirações, depois de denodadamente terem servido a Pátria ao longo da vida. Mas, como é seu timbre, os Sargentos de Portugal não cruzaram os braços e, demonstrando uma vez mais uma grande noção de responsabilidade, união e sentido de justiça, responderam ao apelo da sua Associação e participaram em mais uma grandiosa jornada de reflexão a nível nacional, que se consubstanciou no uso da hora de almoço, no passado dia 6 de Novembro, para reflectir sobre estes assuntos, sem que esse facto pudesse de forma alguma pôr em causa a missão. E de tal forma foi sentido o peso da adesão a esta jornada que, nessa mesma tarde, e em sede de comissão no Parlamento, o Senhor Ministro de Estado e da Defesa Nacional e o Senhor Secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes afirmaram "...a norma que se refere (Artº 37-A do Estatuto de Aposentação) não atinge a carreira específica dos militares" e "...mantêm-se em vigor as normas do estatuto dos Aposentados das Forças Armadas". Foi sem dúvida importante que estas palavras fossem ditas. Mas importa que fiquem também escritas em documento vinculativo para que os militares não venham a ser de novo, como diversas vezes no passado, surpreendidos por interpretações distorcidas por parte da Caixa Geral de Aposentações. Como ficou de novo bem demonstrado, todas as formas de luta são válidas quando levadas a efeito com convicção, firmeza e unidade, e só assim os resultados se alcançam. Teremos de continuar a pugnar pela defesa das nossas condições sociais e lançamos desde já o repto para que o próximo ano seja o "ano das carreiras", sem que isso signifique que todos os outros aspectos sejam descurados. Aproveitamos para desejar votos de umas Boas Festas e Feliz Ano Novo para todos os nossos camaradas e respectivas famílias. ●

Opinião

Um orçamento que não resolve nada!

O Orçamento para 2003, em termos reais, é inferior ao Orçamento de 2002 e, por isso, frustra as expectativas criadas pelas promessas que o Governo fez aos militares. Esta afirmação não resulta de má fé, ou má vontade, mas sim da análise que fazemos ao Orçamento. Vejamos: "Este orçamento ascende a 1882,5 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 1,8 % em relação ao ano transacto (1849,9 milhões de Euros)", lê-se na pág. 11 da proposta de Orçamento.

Embora subindo 1,8%, este valor é menor do que a inflação prevista para o mesmo ano. Logo, em termos reais, será inferior ao do ano anterior.

Mas, mesmo esta pequena subida "esconde", devido à execução da Lei de Programação Militar, os cortes nas despesas de funcionamento dos ramos — menos 800 mil euros para a Marinha, menos 900 mil euros para o Exército, mais 100 mil euros para a Força Aérea.

Perante este quadro, como vai o Governo conseguir a modernização dos meios e resolver as dificuldades financeiras sentidas e tantas vezes manifestadas pelos ramos?

Como vai o Governo resolver os problemas colocados pelas associações, nomeadamente a ANS, alguns dos quais têm a concordância do Governo?

Como vai avançar com um novo regime remuneratório, que acabe de vez com as injustiças que se têm verificado, nomeadamente alterando o valor do índice 100?

Como se irão resolver os problemas das carreiras dos militares?

Quando serão pagos os complementos de pensão em dívida?

Como e quando serão pagas as dívidas à ADME?

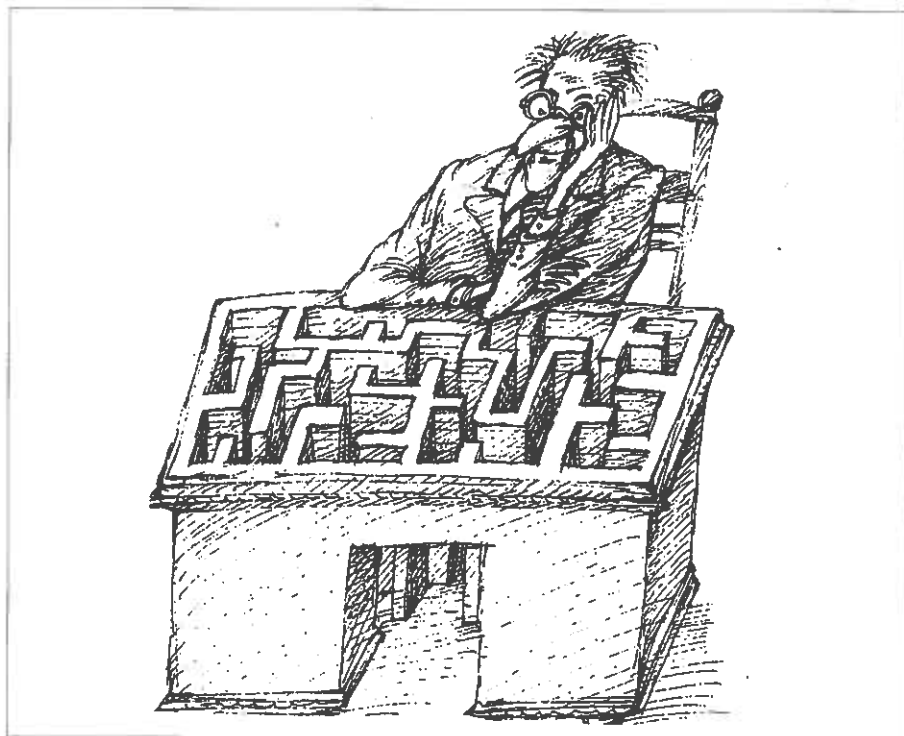
Como será resolvida a situação de pré-ruptura do Fundo de Pensões?

Será pela venda ao desbarato do património? E quando se forem todos os bens? Como será?

O Diário de Notícias, de 03/11/02, refere que o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (MEDN) deu início "ao processo de inventariação e avaliação de todas as estruturas militares, imóveis e bens afectos à Defesa Nacional".

O património é pertença do Povo Português, foi adquirido por gerações de portugueses e não pode ser alienado sem critérios, de qualquer forma.

Não sendo pela venda do património que resolve as dificuldades, então será prosseguindo a sua política de ataque aos reformados, com a introdução na Lei do Orçamento de Estado de uma alteração ao artigo 53.º do Estatuto da Aposentação, alterando a forma de cálculo da pensão de reforma, permitindo de imediato uma redução, face aos valores actuais, de 10%?



Como irão ser atraídos os jovens às fileiras?

A manterem-se os actuais incentivos compromete-se a operacionalidade das Forças Armadas. Vários militares com responsabilidades têm afirmado que a manter-se este quadro não há futuro para as Forças Armadas.

Com este Orçamento é claro que não há profissionalização, porque não é possível promover novos incentivos ao voluntariado e melhorar o seu estatuto remuneratório e muito menos alargar o número de voluntários e contratados de forma a substituir os militares do SMO, que nalguns casos constituem mais de 50% do efectivo.

Foi com grande destaque que se anunciou a assinatura do contrato dos Patrulhões. No entanto, é bom saber que estava previsto em 2002 gastar 20 milhões de euros em 2003, e que o PIDDAC só contempla 5 milhões mais algumas verbas oriundas de outros Ministérios, mas que ficam aquém do previsto. Pois a verba total prevista, é bom não esquecer, era cerca de 239 milhões de euros e que agora é de 119 milhões (ver pág. 21 do Orçamento).

O que significa isto? Que o número de Patrulhões vão ser construídos e qual o custo total?

É bom recordar, também, que sem o visto do Tribunal de Contas as verbas não serão disponibilizadas e até a agora o processo ainda não deu entrada no referido Tribunal.

Nos finais de Outubro foi anunciado que as OGMAS tinham celebrado um acordo com um sindicato bancário para fazer frente às dificuldades financeiras da empresa. Não contestamos que se façam acordos. Mas, como sabemos que este tipo de sindicatos não brincam em serviço, por uma questão de transparência, não ficava nada mal que fosse dado conhecimento das contrapartidas?

Frontalidade, lealdade e coragem

O ex-CEMGA, General Alvarenga Sousa Santos disse: "Há que começar a avançar com coisas concretas, porque senão começa-se a duvidar que seja para fazer qualquer coisa". E disse ainda: "Era de muito interesse que já estives-

sem a acontecer coisas, uma vez que já são promessas antigas".

Estas afirmações custaram-lhe a demissão. Mas não foi demitido por as ter proferido, mas sim por elas revelarem a verdade do Orçamento. Se fizesse declarações elogiando o Orçamento, seria louvado. Portanto, não foi por fazer declarações que foi demitido, mas sim por essas declarações reflectirem de facto a realidade.

São estes princípios — frontalidade, lealdade e coragem — que enformam o comportamento da grande maioria dos militares que, quando afirmados, tanto incomodam.

Como diz a ANS, no seu comunicado N.º 19 de 2002, comungamos das preocupações expressas pelo sr. General sobre o futuro das Forças Armadas.

Os anteriores Governos fizeram tanto mal às Forças Armadas que o sr. MEDN criou nos militares algumas expectativas, por ter satisfeito uma ou outra aspiração pela qual há muito lutavam. Mas estes rapidamente se aperceberam que a bondade do Sr. MEDN não passava de, a coberto de uns rebuçados, esconder que os verdadeiros, os estruturantes problemas dos militares, ficavam na mesma.

Com este Orçamento voltaram de novo as demissões, o aparecimento do autor do art. 31.º e outros actores a ameaçar militares, só porque estes sabem ler os Orçamentos.

No entanto, este Orçamento não trouxe só demissões e ameaças. Com ele esfumaram-se também as expectativas que o MEDN criou no seio dos militares. Como se diz na minha terra, é o reverso da medalha.

Conhecemos as dificuldades materiais, financeiras e humanas que, desde há muito, vivem as Forças Armadas. Por isso, temos conhecimento de experiência feita que este Orçamento não as resolverá e, por isso, o desencanto, a desmotivação e o descontentamento estarão de novo instalados, se é que tivessem desaparecido.

Mas os sargentos já demonstraram que não viram a cara às dificuldades, nem cruzam os braços.

Os Sargentos de Portugal reafirmam: quem luta pode não ganhar, mas quem não luta já perdeu. ●

Custódio de Jesus

PREOCUPAÇÕES DOS MILITARES

Condições de vida têm sofrido decréscimo

Várias associações de militares, designadamente, a Associação de Militares na Reserva e Reforma (ASMIR), Associação Nacional de Sargentos (ANS), Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) e Associação de Praças da Armada (APA), aquando da deslocação do Ministro da Defesa Nacional à Comissão de Defesa da Assembleia da República para discussão do projecto do Orçamento nesta área, em 6 de Novembro, entenderam conveniente relembrar à opinião pública algumas questões que consideram essenciais.

Nas últimas duas décadas as condições de vida dos militares têm vindo a conhecer um decréscimo assinalável. No entanto, se tal facto é reconhecido unanimemente quer pelos que presidem aos Órgãos de Soberania, quer pelos responsáveis pelos partidos políticos, quando surgem afloramentos públicos da insatisfação que, normalmente, convive discretamente com os militares, não se concretizam depois, na esmagadora maioria dos casos, as medidas correctoras que são indispensáveis.

São exemplos disso, entre outros, a degradação do sistema retributivo em relação aos das categorias profissionais de referência, os mais de seiscentos medicamentos que perderam a comparticipação, o acréscimo de encargos nas clínicas que têm acordos com as Assistências na Doença aos Militares (ADM). ADMs que, ainda por cima, vêm pagando as respectivas comparticipações com atrasos consideráveis.

Foi, por isso, com expectativa e alguma confiança que os militares acolheram o discurso público de quem os tutela sobre os Valores que a Instituição Militar defende e representa, bem como acerca do papel insubstituível que esta tem na sociedade que serve.

Compreendendo embora as dificuldades que o País atravessa, os militares aguardavam que finalmente fosse reposto algum do equilíbrio colocado em causa por duas décadas de menor atenção.

Devido a essa expectativa, o projecto do Orçamento do Estado na área da Defesa Nacional (OEDN) para 2003 constituiu uma grande desilusão.

Com efeito, não só as verbas para operação e manutenção foram fixadas em níveis que vão determinar grandes dificuldades aos ramos, provocando a frustração dos que gostariam de servir mais e melhor o País, como também as consignadas à área do pessoal não levaram sequer em conta a reparação, que tarda, de algumas injustiças.

E se se saúda a aproximação do sistema retributivo dos sargentos e praças das Forças Armadas ao de idênticas categorias da GNR, não nos podemos esquecer que continuam a existir problemas no da categoria de oficiais.

Por outro lado continua por resolver a questão da regressão nos escalões em todas as categorias, para a solução da qual bastaria uma interpretação uniforme do artigo 19.º do Decreto-Lei nº 328/99.



...são exemplos, entre outros, a degradação do sistema retributivo em relação aos das categorias profissionais de referência, os mais de seiscentos medicamentos que perderam a comparticipação, o acréscimo de encargos nas clínicas que têm acordos com as ADM...



...o projecto do Orçamento do Estado na área da Defesa Nacional para 2003 constituiu uma grande desilusão...



...não só as verbas para operação e manutenção foram fixadas em níveis que vão determinar grandes dificuldades aos ramos, como também as consignadas à área do pessoal não levaram sequer em conta a reparação de algumas injustiças...



...eventual aplicação aos militares do articulado relativo à aposentação voluntária, medida esta que, a acontecer, provocará, para além do mais, um autêntico terramoto nos fluxos de carreira...

Continua também por pagar aos militares na situação de reforma o complemento de pensão estabelecido na Lei nº 25/2000 que, convém recordá-lo, foi aprovado por unanimidade na Assembleia da República.

Terramoto nos fluxos de carreira

Como se isso não bastasse, o projecto do Orçamento do Estado (OE) apresenta duas medidas de carácter geral, mas altamente lesivas para os militares face à especificidade da sua carreira.

Trata-se do desconto "à cabeça" da importância correspondente à quota (de 10%) para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e da eventual aplicação aos militares do articulado relativo à aposentação voluntária, medida esta que, a acontecer, provocará, para além do mais, um autêntico terramoto nos fluxos de carreira.

Apreensões sobre futuro das pensões

Mas um mal nunca vem só e os militares têm vindo a aperceber-se da crescente dificuldade na assunção de encargos das pensões de reforma por parte da CGA, o que, para além de sobrecarregar o orçamento do MDN, causa justificadas apreensões sobre o futuro dessas pensões.

Apreensões que se acentuam de uma maneira muito significativa com a si-

tuação de pré-ruptura em que se encontra o Fundo de Pensões dos militares.

Simultaneamente, o regime de audição sobre matérias de índole sócio-profissional consagrado na Lei Orgânica nº 3/2001 não está a ser respeitado, sucedendo-se decisões que põem em causa direitos e expectativas dos militares, sem que, os que os representam, sejam chamados a dar a sua opinião.

A título de exemplo cita-se a recente publicação das Portarias nº 1246/2002, de 7 de Setembro, e 1380/2002, de 23 de Outubro, que vieram alterar a regulamentação da avaliação do mérito dos militares do Exército e da Marinha, respectivamente, sem que as associações de militares tenham sido ouvidas sobre esta matéria, o que consubstancia uma clara violação da Lei.

Militares devem reflectir sobre estas questões

Na oportunidade, as ASMIR, ANS, AOFA e APA, esperam, por um lado, que o Governo encontre urgentemente solução para as suas preocupações e que, por outro, a Assembleia da República cumpra o seu papel fiscalizador e corrector, contribuindo para se possa fazer justiça.

As ASMIR, ANS, AOFA e APA, exortam ainda os militares que representam a reflectir sobre essas questões e a cerarem fileiras na defesa dos seus legítimos direitos. ●

Tribuna do LEITOR

O vice e o versa do besta e do bestial

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) acaba de obter mais uma vitória. Na opinião de alguns, apenas uma vitoriazinha; na de outros, apenas o simples cumprimento da obrigação, que o assunto nada tinha de transcendente.

Como, à data, só foram obtidos os resultados morais e jurídicos (os resultados mais práticos ainda não se fizeram sentir), deixamos, lenta e pesadamente, o miserável estatuto de bestas e passámos, modestamente, a bonzinhos. Daqui a alguns escassos meses, imediatamente após resultados (bem mais) visíveis, chegaremos, finalmente, a bestiais.

Pelo meio, eternamente esquecidas, ficarão, uma vez mais, as infinitas horas de árduo trabalho, aborrecimentos e chatices sem fim que, presidente e seu pequeno exército de gente teimosa (promovida, agora, ao estatuto de "políticos"), "perderam" em prol da classe de Sargentos. Felizmente que, para não ferir susceptibilidades, deixámos de ser sindicalistas...

Justas razões de queixas têm as respectivas famílias. Suas mulheres que vêm os maridos chegarem exaustos e tarde a casa, e seus filhos que lhes vêm horas e horas de atenção negadas. Sim, provavelmente maus chefes de família?!

Eu que, humildemente confesso, dou o meu modestíssimo contributo, vou-me deliciando (para quê chorar?) a observar a ingratidão e o esquecimento de todos aqueles que, comodamente e no aconchego dos seus lares, vão esperando, sentados, que as coisas lhes caiam, em dádiva, do céu. De preferência, direitinhas às mãos, porque aos trambolhões poderiam dar algum trabalho a apanhar. Sim, esses mesmos que, quando confrontados com alguns escassos dígitos a mais na folha de vencimentos, que lá aparecem por obra e graça de um qualquer espírito santo, se apressam a proclamar que a vitória é nossa (de todos, entenda-se, e principalmente deles!).

Para conforto, resta aos (poucos) homens da associação, uma réstia de motivação de, sabendo-se o pequeno David no meio de muitos Golias, ter sabido sempre fazer da arredondada pedra e da certa físga, uma poderosa arma de arremesso que tem bastado para obter as nossas vitórias (inhas, para muitos!...).

Vejo chegar, a passos largos, a hora da disponibilidade e sinto que esta luta vai deixando, a pouco e pouco, de ser minha, mas se o cansaço da ingratidão e da injustiça não me vergarem, daqui a um ano (ou talvez menos), ainda estarei aqui, neste mesmo espaço, a escrever um novo artigo. Partindo do princípio que, até lá, o destino poderá, muito bem, ser aziago e a sorte ma-drasta, poderei não ter nenhuma (pequena) vitória para anunciar. Então, se quiser ser minimamente coerente comigo próprio e com quem me dispensa alguns minutinhos de atenção ao ler estas linhas, terei que confessar que passámos, de novo e fatalmente, a miseráveis bestas... •

2SAR/RC FAP

Audiência com CEMFA

ANS reuniu com General Vaz Afonso

A direcção da ANS reuniu, no passado dia 3 de Outubro, com o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General Vaz Afonso. A delegação da ANS, constituída por Lima Coelho, Ernâni Balsa, Fernando Freire e José Pereira, teve oportunidade de apresentar um conjunto de problemas que afectam a nossa categoria, tendo a reunião decorrido num clima de abertura e frontalidade, de parte a parte.

Entre os assuntos apresentados, ao longo das mais de três horas de reunião, podemos destacar os seguintes:

▲ **Carreiras:** Referimos a necessidade de alargamento dos quadros orgânicos, que se encontram desajustados das necessidades actuais, uma vez que existem centenas de 1SAR que pelo seu tempo de posto e características das funções que desempenham (execução avançada, supervisão, chefe de equipa, chefe de sector), há muito que deveriam ter sido promovidos.

Referimos ainda algum "caos" funcional que existe nas unidades, nomeadamente ao nível do excesso de funções em acumulação especialmente nas áreas relacionadas com a Segurança e com a Qualidade e o facto de, em muitas situações ser a mesma pessoa que executa as tarefas, e depois inspeciona e certifica o seu próprio trabalho nas aeronaves.

O General CEMFA defende igualmente o alargamento dos quadros orgânicos a nível dos postos superiores de Sargento, sendo uma medida fundamental para que possa proceder à junção de especialidades. E disse que preocupa-o seriamente o facto de existirem neste momento na FAP, mais de 500 1SAR com mais de 10 anos de posto.

▲ **Higiene e Segurança no Trabalho:** Fizemos o apelo, à interiorização da ideia de que a segurança é um investimento e não uma despesa, assim como à criação de práticas de trabalho sustentadas em que a segurança e produtividade andem a par.

Referimos igualmente as péssimas condições de trabalho que existem em algumas unidades da FAP, nomeadamente ao nível da formação específica, das instalações, ferramentas e equipamentos de apoio.

Sugerimos ainda a necessidade de se implementar práticas semelhantes às previstas na legislação em vigor, nomeadamente:

- A execução de exames médicos anuais obrigatórios, no âmbito da medicina do trabalho;

- O problema da exposição ao ruído com a necessidade implementação de medidas precisas e eficazes, como a execução de exames auditivos de pré-colocação e periódicos para o pessoal exposto e aquisição de equipamentos de protecção individual adequados e devidamente certificados;

- A questão do pessoal das Estações de Radar, em especial a de Foia, onde continuam a surgir casos estranhos de doença. A necessidade de vigilância médica e de medição do nível de exposição a radiações;

- Referimos, por último, dois casos que muito descontentamento tem suscitado e que constituem factor de perigo potencial, nomeadamente, o caso do pessoal MELECA (mecânicos de electrónica) que fazem serviço na Central



Eléctrica na BA6, e o caso do pessoal de áreas técnicas que faz serviço nos Centros Coordenadores de Defesa (BA1, BA5).

Sobre todas estas questões o General CEMFA informou-nos de que iria tratar destes problemas com o General IGFA (Inspector-Geral da Força Aérea) e que relativamente aos exames médicos anuais, os serviços de saúde das unidades têm a obrigação de implementar um programa do género, assim como visitas periódicas aos locais de trabalho, desconhecendo as razões pelas quais esse dever não está a ser cumprido, e ainda que, no caso das estações de Radar, têm sido feitas medições por uma entidade independente e cujos resultados irão ser publicitados brevemente.

▲ **Avaliação do mérito:** Referimos a questão da notificação da avaliação, em que não é entregue ao avaliado qualquer documento comprovativo (o documento que o avaliado deve ficar em seu poder, conforme vem referido no impresso).

Abordámos ainda o caso de existência, em várias unidades, Sargentos que chefiando serviços não lhes ser permitido avaliar os militares dos quais são chefes directos, ficando assim reduzida a objectividade da avaliação, pois nestes casos o primeiro avaliador acaba por ser normalmente um Oficial que não tem um contacto directo com o avaliado e a qualidade do seu desempenho.

O General CEMFA informou-nos que iria averiguar destas questões em concreto, e que pensa que a introdução do novo Regulamento de Avaliação do Mérito irá ajudar para a resolução das mesmas.

▲ **Transportes:** tendo chegado ao nosso conhecimento, informações que referiam a possibilidade de se acabar com os transportes diários de e para as unidades, questionámos o Sr. General sobre essa possibilidade e obtivemos a resposta de que, apesar desses transportes serem uma concessão do comando, não foi dada qualquer ordem no sentido de acabarem com esse serviço, podendo haver, numa ou noutra situação, necessidade de reajustamen-

tos que rentabilizem os meios existentes.

▲ **Regulamento de Colocações:** Referimos o descontentamento que provoca o facto de, ano após ano, continuar a verificar-se a existência de militares que são considerados "imprescindíveis" e que, como tal, obrigam a que militares com menor tempo de permanência na unidade sejam transferidos primeiro. Relativamente a este assunto, o General CEMFA estranhou a situação uma vez que não tem chegado até ao seu conhecimento qualquer reclamação por parte dos prejudicados.

Abordamos também a questão da necessidade de haver Sargentos na Repartição de Colocações, assim como na Repartição de Promoções, como acontece na Armada.

▲ **Suplemento de Residência:** Apon-támos a necessidade de se prolongar o pagamento além dos 5 anos, até que cesse a condição que levou ao início do seu abono. O General CEMFA também é dessa opinião e, nesse sentido, já foi entregue no MDN há vários meses, uma proposta aprovada em Conselho de Chefes de Estado-Maior.

▲ **Unões de facto:** Referimos a necessidade de se aplicar o que vigora já há muito tempo na Lei geral. A sua aplicação tem gerado situações incómodas e extremamente injustas para os agregados familiares que vivem em "união de facto", quer em termos de ADMFA, quer em relação ao IASFA. O Sr. General disse-nos que aguarda a regulamentação da lei e que, assim que essa regulamentação sair (não se sabe quando), será aplicada em conformidade.

▲ **Sargentos em regime de contrato** Abordámos o problema da equiparação de salários entre o pessoal contratado e do quadro permanente, prevista na nova lei de incentivos ao serviço militar, que devia ser implementada até ao fim de 2002 e que tarda em ser criada a legislação. O General CEMFA informou-nos de que o MDN prometeu a sua aplicação a partir de 2003.

A ANS, tal como tem feito até agora irá acompanhar o desenvolvimento de todas estas questões e de outras, que os nossos camaradas façam o favor de fazer chegar até nós. •

JORNADA NACIONAL DE REFLEXÃO

Não mexam no Estatuto de Aposentação!

As associações de militares – ASMIR, ANS, AOFA e APA – reunidas no passado dia 28 de Outubro, decidiram levar a efeito uma Jornada Nacional de Reflexão, que decorreu no dia 6 de Novembro durante o período do almoço.

Esta jornada teve por objectivo demonstrar, inequivocamente, o sentimento de preocupação, insatisfação e indignação dos militares face ao grave atentado perpetrado pelo Governo às suas pensões de reforma, através das propostas de alteração ao Estatuto de Aposentação, incluídas na lei do Orçamento de Estado.

Uma vez mais, pela "calada da noite", tal como sucedeu em 1992 relativamente ao pagamento do tempo de serviço militar obrigatório, pro-

põe-se o Governo alterar agora o Art.º 53.º — que define o cálculo do valor da pensão de reforma — provocando no imediato uma redução, face aos valores actuais, de 10% do valor desta pensão.

Se a isto juntarmos o facto dos mecanismos de garantia do valor da pensão, nada garantirem, já que o Complemento de Pensão (Art.º 9.º da Lei n.º 25/2000) está suspenso na sua eficácia e assim ir permanecer, e o Fundo de Pensões se encontrar na iminência de entrar em ruptura no segundo trimestre do próximo ano, não será difícil concluir que, no curto prazo, as pensões de reforma dos militares sofrerão uma grave desvalorização, tal como acontecia até 1990.

Como a vida nos tem demonstrado, só lutando conseguiremos impedir que tais objectivos se concretizem.

Os Sargentos de Portugal, uma vez mais, participaram com grande convicção nesta Jornada Nacional de Reflexão, não comparecendo nos respectivos refeitórios para almoçar no dia 6 de Novembro, aproveitando esse mesmo período para seriamente reflectir sobre esta matéria.

Como em outras ocasiões, a Família Militar soube dar a resposta conveniente a mais um brutal ataque aos seus direitos e condições sociais de vida.

Como repetidamente temos dito, quem luta pode não ganhar... mas quem não luta já perdeu! ●

Pensões de reforma

O Encontro de Sargentos da Região Militar de Lisboa, realizado no passado dia 17 de Outubro, no Salão da Junta de Freguesia de S. João, reflectiu sobre as propostas de alteração ao Estatuto de Aposentação, contidas na proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado, tendo concluído:

a) A alteração ao Art.º 53.º do Estatuto da Aposentação provocará, caso venha a ser aprovada, um corte nas pensões de reforma de 10% do seu valor.

b) Por outro lado, os mecanismos legais de garantia do valor das pensões de reforma, o Complemento de Pensão (Art.º 9.º da Lei 25/2000) e o Fundo de Pensões, têm sérias probabilidades de nada garantirem. O primeiro, por se encontrar suspenso na sua eficácia através de um despacho do ex-MDN Dr. Castro Caldas, e na actual proposta de OGE, não estar contemplada verba alguma para repôr a sua eficácia, e o segundo, por poder entrar em ruptura no segundo trimestre de 2003.

Perante tal quadro de preocupações, a Direcção da ANS ficou mandatada para estudar e decidir as formas de luta e o momento de as implementar, por forma a sustentar e/ou inviabilizar as referidas propostas. ●

Opinião

BASTA!

Pergunto a mim mesmo que mal teremos feito, para nos castigarem desta forma? A sangria dos direitos dos militares continua e a cada dia que passa deparamos com uma situação mais debilitada do nosso nível de vida, quer em termos profissionais, quer familiares.

Agora o Governo vem atacar as nossas pensões de reforma, através de uma proposta de alteração do *Estatuto da Aposentação*, inserida discretamente no meio das quase 400 páginas do Orçamento do Estado para 2003.

Esta proposta, entre outras coisas, pretende alterar a forma de cálculo da pensão, deixando de levar em conta o vencimento líquido, subtraindo-lhe a quota para a CGA, cujo montante é 10%. Assim a pensão será igualmente reduzida de 10%, o que é bastante significativo.

Igualmente grave é o facto de estas e outras medidas serem tomadas sem haver uma consulta prévia dos interessados, o que constitui uma grave infracção das regras democráticas que, quero dizer, ainda vigoram no nosso País...

Mas este caso do ataque às nossas pensões de reforma não é de agora e a continuarmos assim, é caso para pensarmos se alguma coisa está garantida em termos da nossa velhice e como irão ser os nossos dias na terceira idade, após uma vida inteira de descontos.

O que nos reserva o futuro?

Vejamos os antecedentes, num passado ainda recente:

- Até 1990, os militares, após 36 anos de serviço, permaneciam na situação de reserva até aos 70 anos de idade, altura em que era calculada a sua pensão de reforma;

- Nesse ano, a situação de reserva, com prejuízo efectivo para os militares, passou a ter o limite de 9 anos e posteriormente de 5 anos, iniciando-se assim

muito cedo o processo de degradação da pensão de reforma;

- Por esse motivo foi, entretanto, criado o Fundo de Pensões dos Militares, de inscrição facultativa, que, supostamente, garantiria que a pensão de reforma não desceria abaixo dos 80% a partir dos 70 anos de idade do reformado;

- Nas revisões do EMFAR, em Julho de 1999 e Agosto de 2000, para colmatar a injustiça da redução do tempo de reserva, foi criado o Complemento de Pensão de Reforma. Este complemento, faria com que todos militares com menos de 70 anos de idade e ingressados até 1990, não recebessem menos do que o que lhes seria devido, se estivessem na situação de reserva, sendo a sua pensão de reforma recalculada aos 70 anos;

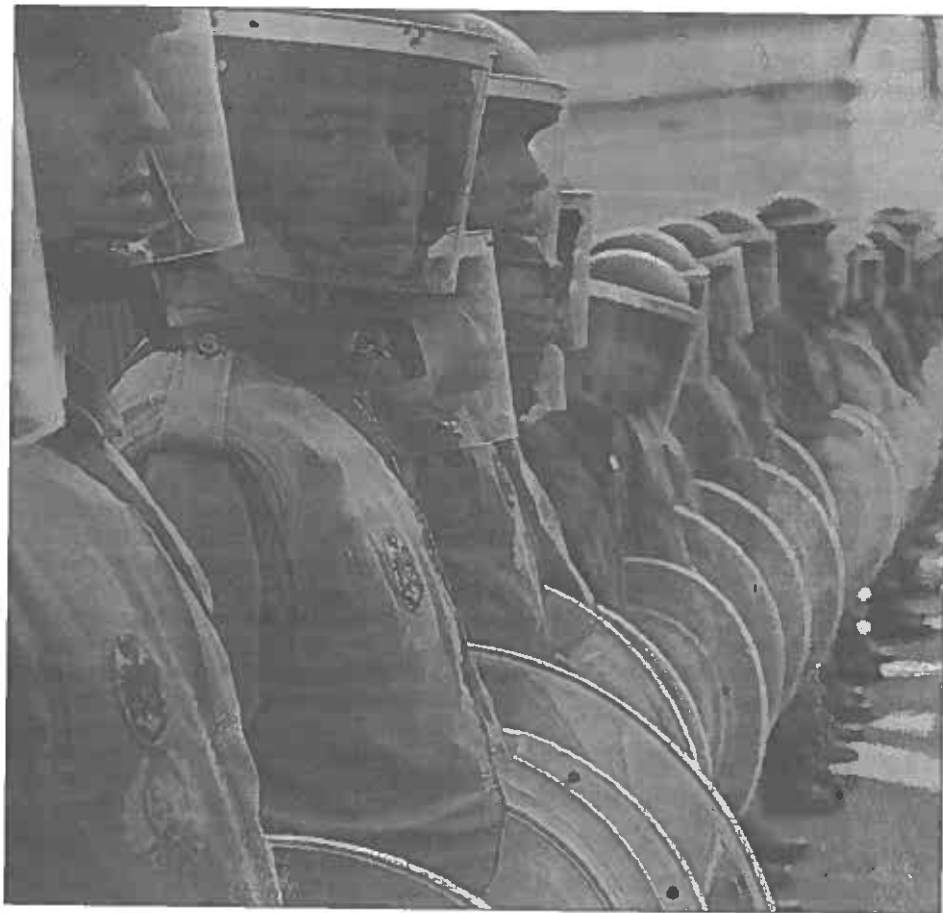
- Esta Lei (Lei 25/2000) da Assembleia da República, viu o seu artigo 9.º suspenso, ilegalmente, pelo então Ministro da Defesa, Dr. Castro Caldas, pelo que até à data ainda não se procedeu ao pagamento do complemento de pensão a um número elevadíssimo de militares reformados.

Como é possível um ministro suspender uma lei da Assembleia da República durante tanto tempo?

Em 2001 a dívida aos militares reformados ascendia já a cerca de 30 milhões de euros!

Feito este pequeno historial, o cenário com que nos deparamos é este:

- Forte possibilidade de redução da pensão de reforma em 10%, para os militares que transitarem para essa situação a partir de Janeiro de 2003;
- Não pagamento do complemento de pensão de reforma, desde Agosto de 2000;
- Anunciada a ruptura do Fundo de Pensões dos Militares a partir de Abril de 2003;
- Pagamento de quotas para o IASFA mesmo como reformado;
- Ainda recentemente, a lista de medi-



camentos compartilhados pelas ADM's, foi reduzida em quase 600 medicamentos;

- Mais recentemente, os acordos das ADM's com as clínicas em que os exames e consultas eram feitos a custo zero, passaram a ser apenas a 90%;

- Nos "corredores do MDN" continuamos a ouvir falar de intenções para acabar com as ADM's e transferir os militares para o Serviço Nacional de Saúde. Nas Grandes Opções do Plano para 2003, vem lá referido "*reforma dos subsistemas de saúde militar*". É bom que estejamos atentos.

Todos sabemos como são importantes estas questões da saúde para os militares em geral, mas em particular para os reformados, pois à medida que se avança na idade os cuidados médicos vão sendo cada vez mais necessários.

Acresce a tudo isto o facto de as nossas carreiras estarem completamente es-

tagnadas e o sistema retributivo ser desadequado, pelo que a grande maioria dos Sargentos passa à situação de reserva em postos intermédios (ISAR e SAJ) com vencimentos baixos, logo com direito a pensões de reforma menores.

O quadro é este e é bem real.

Não me parece que o futuro nos seja promissor.

E o que podemos fazer para defender os nossos direitos e das nossas famílias?

O que temos feito até agora, camaradas! "Guarnecer a nossa trincheira", "lutar" e resistir, para além do que as nossas forças o permitam!

Só essa atitude é compatível com a nossa condição de militares.

É bom que estejamos atentos, participativos e disponíveis e que não nos deixemos levar pelo "*canto das sereias*"... ●

José Pereira

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

DIVORCIADO da REALIDADE e da GENTE

As bases do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, foram alvo de um fórum/debate promovido pela Associação Nacional de Sargentos (ANS), levado a efeito no dia 26 de Setembro, num hotel de Lisboa. Propôs-se a ANS, com esta iniciativa, provocar um debate centrado na temática em apreço, mas focalizando a sua discussão em elementos da sociedade civil e política, de acordo com uma visão privilegiada que partilhámos sobre este tema, de que a "Defesa Nacional" é sobretudo um assunto transversal a toda a sociedade portuguesa sendo, por conseguinte, essencial centrar o seu debate em elementos que nos possam transmitir uma visão desmilitarizada e abrangente deste conceito, que tão arredado tem andado do país e das suas preocupações, tantas vezes desvirtuadas em pseudo motivações acessórias e desmotivadoras duma verdadeira identidade nacional, infelizmente desvalorizada face a excessivas preocupações de alinhamento a uma nova ordem mundial e alianças que cada vez mais nos fazem esquecer que somos um país com identidade própria com um passado e um futuro a defender. Foram oradores, Rui Miguel Ribeiro (GP/PSD), Nuno Melo (CDS/PP), António Filipe (GP/PCP), Maj. Mário Tomé (BE), Dr. Juiz Afonso Henrique (ASJP), e jornalista Óscar Mascarenhas (SJ). Como moderador, António Lima Coelho (ANS). O debate dividiu-se em duas partes distintas, tendo a primeira delas sido completamente preenchida com as intervenções (de que publicamos resumos) dos oradores que compunham a mesa, enquanto que, na segunda parte, foi a assistência que primou pela intervenção viva e dialogante. Por parte dos deputados da coligação governamental (PSD - CDS/PP), foi notória uma preocupação de envolvimento do conceito numa geo-estratégia global, muito assente nos acordos e alianças de que Portugal faz parte, com cuidado recurso, também à necessidade de revigoração e dignificação das Forças Armadas. No que respeita ao deputado do PCP e ao representante do Bloco de Esquerda, as suas intervenções primaram pela crítica ao documento, com argumentos vários e diversas intensidades. •

Os oradores do fórum, abriram o debate, apresentando os seus pontos de vista, que passamos a transcrever em resumo.

O deputado **Rui Ribeiro**, do grupo parlamentar do PSD, enquadró a actual proposta de Conceito Estratégico de Defesa Nacional dentro duma perspectiva geo-estratégica global, traçando as grandes linhas de orientação que levam à definição deste tipo de conceito, face à nova ordem política mundial e à emergência dos mais conhecidos conflitos regionais, étnicos ou religiosos, perante os quais, segundo ele, Portugal deve assumir uma política de Defesa comum e inquestionavelmente alinhada pelo eixo Europeu e Atlântico sem quaisquer hesitações.

A proliferação de armamento nuclear, bio-químico e de destruição maciça, nas mãos de países extremistas e de grupos radicais terroristas constitui um elemento novo que não se pode ignorar.

Todos os problemas emergentes do novo conceito e prática terrorista não estão tão longe como parece, antes pelo contrário, estão cada vez mais próximo de nós, o que exige uma solidariedade reforçada.

Com a desagregação do bloco soviético deixou de existir um certo equilíbrio de forças para passar a haver uma crescente desarticulação dos conteúdos étnicos e religiosos até aí conseguidos, com a consequente sede de supremacias.

A guerra dos Balcãs foi disso um exemplo e um começo que não se pode considerar de todo extinto a nível global.

Estamos perante um "mundo novo" sobre o qual é necessário ponderar e sobretudo actuar por antecipação.

O deputado **Nuno Melo** do grupo parlamentar do CDS/PP, centrou mais o seu discurso na componente da dignificação das próprias Forças Armadas e na consequente necessidade de lhe atribuir meios e objectivos bem definidos, tendo em consideração a ameaça terrorista actualmente visível e mesmo aquela que as previsões da segurança internacional projectarem no futuro próximo, facto que na sua perspectiva justifica a tomada de acções por antecipação, para evitar males maiores por parte daqueles que hoje podem ser considerados como ameaças crescentes da sociedade em geral.

As Forças Armadas têm em tudo isto um papel decisivo na mudança de rumo que é necessário operar em todo o nosso conceito de Defesa Nacional.

Para isso não contribui o nível obsoleto do seu material, que necessariamente tem que ser melhorado e também adaptado às novas missões complementares da Segurança Interna.

O facto de o anterior Conceito ter origem em 1994 e as lições que se podem retirar já da nossa participação activa em diversas missões multinacionais, obrigam a que este novo Conceito se renove e reforce nas novas componentes de interajuda, solidariedade e acções conjuntas.

O deputado **António Filipe**, do grupo parlamentar do PCP, evidenciando a rara oportunidade de se poder discutir abertamente esta matéria, chamou igualmente a atenção para o facto de o seu grupo parlamentar ter também entregue na mesa da Assembleia de República, para discussão, um contributo sobre a matéria, na forma de "Grandes Opções do Conceito Estratégico

de Defesa Nacional", que espera ver discutido em plenário.

Relativamente à proposta do Governo considerou-a demasiado redutora e contendo algumas preocupantes confusões entre os conceitos de Defesa Nacional e de Segurança Interna, o que poderá levar no futuro a situações menos consentâneas com o rigor dum controlo judicial já existente para as Forças de Segurança e que encontrariam na actuação das Forças Armadas, em áreas da Segurança Interna, um vazio de rigor e controlo, em nada benéfico para o bom nome de ambas as instituições.

Frisou a importância fundamental do conceito de independência nacional, contra o qual podem actuar inúmeros factores, não sendo certamente o mais esperado qualquer tipo de agressão armada, mas antes questões que têm a ver com a escassez de recursos naturais, o problema das reservas hídricas, os ataques ao ambiente ou mesmo a asfixia da nossa própria economia pelo assalto selvagem de capitais estrangeiros, nomeadamente os espanhóis.

A incapacidade de defesa dos nossos próprios interesses estratégicos e dos interesses dos nossos compatriotas disseminados pelo mundo, pode constituir um factor preocupante de vulnerabilidade.

A própria descaracterização dos serviços públicos, na área da cultura, TV, radiodifusão e outras igualmente constitutivas duma certa identidade nacional, podem contribuir para mais outro factor de vulnerabilidade.

A degradação do equipamento militar conjugado com a desarticulação das nossas indústrias de defesa, são igualmente factores preocupantes.

Como 1ª crítica, o excessivo seguidismo aos objectivos da NATO, e logo dos Americanos, faz-nos até esquecer a importância da defesa do nosso espaço marítimo e dos seus recursos.

Por outro lado, como 2ª crítica, a imperiosa necessidade duma clarificação entre

Defesa Nacional e Segurança Interna, cujas miscigenação podem levar a situações céticas de gerir e que colidam com os próprios interesses nacionais.

O Major **Mário Tomé**, em representação do Bloco de Esquerda, assumiu uma crítica muito mais contundente e de total oposição a este tipo de conceito Estratégico que considerou inequivocamente moldado às necessidades políticas de agradar alianças e parcerias, mais do que encontrar verdadeiramente um conceito que tenha a ver com Portugal, enquanto Nação independente.

Referiu que o Bloco de Esquerda irá também apresentar a sua proposta de conceito de Defesa Nacional à Assembleia da República.

Chamou a atenção para o aparente esquecimento das questões constitucionais referindo por outro lado o facto de Portugal, hoje em dia, não ter inimigos visíveis e imediatos.

Considerando que este não é o caminho mais correcto para se conseguir qualquer projecção de forças, evidenciou que este Conceito é um conceito de adesão seguita e servil de Portugal relativamente ao novo conceito estratégico NATO.

A grande alteração que se operou nos últimos tempos não é propriamente a surgimento do terrorismo, uma vez que este tem vindo a desenvolver-se de forma progressiva, mas sim o poder absoluto dos Estados Unidos e a consequente corrida aos armamentos, que lhe sucede o enorme investimento militar, na perspectiva de que é sempre necessário estar preparado para nos defendermos de inimigos que se suspeitam ou prevêem poder vir a existir.

Torna-se escandaloso a exploração do sucesso do derrube das Twin Towers, e sim como o fomentar um efeito de estufa/ambiente com guerras regionais cada vez de maior intensidade.

A NATO, hoje em dia, já não é só uma aliança defensiva, mas sim a verdadeira reserva bélica e de pressão internacional que os Estados Unidos usam e controlam.



que SOMOS

a seu belo prazer, quando e onde que-rem.

É necessário coragem para resistir a este ambiente estufa e admitir que a Defesa de Portugal, nos nossos dias, só por absurdo pode ser militar, pois a sê-lo estaríamos completamente manietados, face àquilo, que são hoje as nossas Forças Armadas, mal equipadas, depauperadas em termos humanos sociais e de motivação, com referências, muitas vezes ligadas ainda ao tempo da Guerra Colonial...

O Dr. Juiz **Afonso Henrique**, secretário-geral da ASJP, teve a preocupação de frisar que, estando fora da área normalmente considerada da Defesa Nacional, a sua apreciação baseava-se apenas numa abordagem jurídica e do direito do cidadão. Foi pois na qualidade de representante do povo que quis apreciar o documento em debate.

Salientou a mudança da concepção do estatuto do militar e a nova postura da instituição militar quanto à questão dos direitos fundamentais.

Neste sentido, é de opinião que o militar, enquanto cidadão, deve ter uma forte consciencialização jurídica e dos seus direitos fundamentais, sem que isso signifique a perda do sentido e importância da operacionalidade, devendo estar consciente de até onde e como pode ir, na execução duma ordem, respeitando o seu próprio direito e o dos outros, num constante equilíbrio entre o direito e o dever.

No que respeita à participação das Forças Armadas no esforço nacional da Segurança Interna, há que não confundir em demasia os conceitos, sem que isso signifique recusa a participar.

É, porém, imprescindível traçar muito bem o tipo de relação entre Forças Armadas, Forças de Segurança e Poder Judicial, triângulo que não está definido e importa equilibrar.

Oscar de Mascarenhas, jornalista, considera que este conceito aborda preferencialmente o esboço da disposição táctica das pedras militares no tabuleiro da política internacional.

Na situação actual, as Forças Armadas arriscam-se a poder ser divididas (reduzidas) por um simbólico risco ao meio entre o MNE e o MAI — por um lado contribuiriam para o MNE com mão de obra para a projecção da política externa portuguesa, e por outro, integrar-se-iam no esforço colectivo da segurança, sob os auspícios do MAI.

Extinguir-se-iam como garante da defesa da independência nacional.

Mas a Defesa Nacional é muito mais importante do que saber apenas onde pára e o que faz a tropa.

A Defesa Nacional justifica-se pela defesa da crítica duma razão de sobrevivência.

A Defesa Nacional é muito mais uma questão de toda a sociedade, que tem a ver com um conceito de identidade e concepção nacional, do que com preocupações meramente militares de índole tácticas ou estratégicas.

As dependências de Portugal como Nação, duma série de factores ambientais e de qualidade de vida são, por exemplo, questões que devem fazer reflectir todos, incluindo os militares, do que queremos de Portugal, como Nação.



Bases afuniladas

Após as intervenções da mesa, estabeleceu-se um vivo debate com a participação de diversos elementos da assistência e que a seguir sintetizamos.

O grande elogio que se pode fazer a este documento, independentemente dos seus objectivos, claros ou ocultos, é o de ter permitido a discussão e essa já está ganha porque está a acontecer.

A cooperação no âmbito da CPLP foi considerada como um factor a ter em conta para a definição de alguns dos conceitos da estratégia de defesa nacional.

Foi considerada abusiva a atitude do Exército de avançar com a criação do novo Batalhão de Comandos, numa evidente manobra de recuperação desta especialidade, não extinta, mas adormecida em termos de estrutura orgânica no campo das tropas especiais, mesmo antes da aprovação das novas bases do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, do novo Conceito Estratégico Militar e do subsequente Planeamento de Forças que ditará a nova Estrutura a desenvolver.

No que respeita à 3ª base — "Coesão Nacional" — falta saber como a conseguir. Também a 21ª base — "Fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO)" — levantou sérias críticas, pela ausência de perspectivas económicas, financeiras e estruturais que possam tornar credível o novo projecto de profissionalização, que tudo leva a crer, constituirá um fracasso, tanto em termos de quantitativos como em termos de qualidade do tecido humano e profissional que vier a ser conseguido.

As bases, como normas enformadoras do novo Conceito, apresentam-se afuniladas, uma vez que este conceito tem a ver com todos os cidadãos e não apenas com as Forças Armadas e de Segurança; é absolutamente necessário que este novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional diga o "que é importante dizer" e não se perca em pormenores que têm mais a ver com o que será o Conceito Estratégico Militar.

O nosso texto Constitucional remete para os Portugueses o dever e o direito de defenderem a integridade nacional e a sua identidade e isso não é reflectido por nenhuma destas bases, numa perspectiva vincadamente popular.

O conceito de que deverá assistir ao povo, em última instância, a responsabilidade e o dever último de resistência passiva e activa para defesa destes valores, está perigosamente afastada deste punhado de bases, que remete apenas para estruturas de funcionamento "normal e institucional" as tarefas dessa defesa, esquecendo que é a população o valor mais alto de que qualquer país se pode valer para a sua própria afirmação e defesa de ideais comuns.

O próprio sentimento de nacionalidade é preocupantemente escamoteado e omitido, não se sabe se em nome de um europeísmo exagerado se de uma obsessiva dependência dum certo atlantismo debaixo da protecção do todo poderoso "senhor do mundo norte-americano".

Mero jogo de poder

A definição, clara e inequívoca, de áreas de interesse estratégico, tais como a agricultura, o sector da alimentação, os recursos hídricos e do subsolo, a indústria nacional, a comunicação social e mesmo a identidade cultural nas suas mais remotas raízes de influência popular e erudita, não aparecem como preocupação dominante, preferindo-se a isso a vertente bélica e militar, assente num novo conceito de ameaça terrorista, que nos deve preocupar mas não tolher a esperança de um povo em se projectar como uma nação culta, de cariz pacífico e solidário e cuja primeira preocupação deve ser o bem estar e a felicidade do seu povo.

Analizadas as necessidades do país, nomeadamente neste aspecto da definição de rumos e objectivos, conclui-se por uma enorme anomalia funcional que acaba por reflectir o estado geral em que o país vive e que ninguém pode considerar saudável.

Um país pequeno como Portugal tem

obrigatoriamente de se afirmar naquilo que lhe pode granjear respeito, consideração e auto-estima: a defesa de princípios e valores, bem raro que vai escasseando nas mentes perturbadas de dilectos funcionários duma globalização mais capitalista que social; mais lucrativa que repartidora de bens e condições de vida.

Pelo facto de encontrarmos linhas de conduta erradas em muitas das organizações que hoje integramos e que regem as nossas vidas, não deve ser considerado como positivo e como resposta à suas disfunções o seu abandono, puro e simples, numa política de isolacionismo, mas antes considerar-se que estando dentro delas, nelas integrados, podemos influenciar a sua conduta, levá-las a tomar um rumo mais social e humano, sem que isso possa ser entendido como seguidismo ou submissão.

A transversalidade do Conceito Estratégico de Defesa Nacional exige que este seja muito mais abrangente e não se limite a um mero jogo de poder, no tabuleiro de qualquer sala de operações, onde apenas se encarem ameaças terroristas e questões de segurança.

Surge também a dúvida de como encaixar toda esta articulação de conceitos no texto constitucional.

A própria definição de terrorismo, não é, nem definitiva nem cientificamente límpida e isenta, pois sofre da influência de inúmeros factores ideológicos, religiosos e étnicos que nos devem acautelar para uma globalização deste conceito, sem que isso signifique, como é óbvio, que descuremos o nosso sentido de auto-defesa, não o confundindo, no entanto, com interesses alheios de supremacia e mesmo uma cultura de submissões disfarçadas de tratados e alianças.

Sendo hoje em dia a política externa um enredado de interesses, quantas vezes obscuros e difíceis de identificar, sem ligação directa aos interesses do próprio povo, não devem as Forças Armadas constituir-se no seu braço armado e instrumento privilegiado de projectos de poder e influência, que não ca-

Continua na pág. 7

Cartas dos LEITORES

Os mesmos (maus) remédios para os mesmos (eternos) males

As Forças Armadas (FFAA) começam a debater-se com problemas (graves) de falta de efectivos, sobretudo de contratados e, mais especificamente, de Praças. Inúmeras têm sido as tentativas de procurar aliciar os jovens para ingressar nas suas fileiras, mas todas ou quase, têm-se revelado infrutíferas. De entre as principais, merece particular destaque o melhorar (constante) dos vencimentos da classe de Praças, precisamente onde a Força Aérea se apresenta mais carenciada e, sobretudo, a melhoria dos vencimentos do pessoal que se encontra em fase de preparação, neste caso sem excepção para qualquer uma das três classes.

Passados quase dois anos após a publicação do «Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV)» (DL N.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro), continua-se a assistir ao começo de recrutas não só com pessoal aquém do esperado, como também com desistências em massa, quer por parte de indivíduos que não chegam sequer a apresentar-se, quer por recrutas que desistem antes do respectivo curso terminar.

Cumprir, então, fazer profunda e cuidada reflexão sobre este assunto e sobre os (reais) motivos que continuam a afastar os jovens da carreira militar, precisamente quando as condições oferecidas têm sido, consecutivamente, melhoradas.

Numa primeira linha de hipóteses, temos precisamente a ausência de uma carreira. Os jovens ingressam, de forma precária, nas FFAA, com idades que oscilam entre os 18 e os 22 anos e vão assinando sucessivos contratos até ao limite máximo de 9 anos e meio. Período após o qual, e perante a escassa possibilidade de ingresso no quadro permanente (QP), transitam para a disponibilidade e se vêm confrontados com a complicada tarefa de arranjar emprego no nosso difícil mercado de trabalho.

O regulamento de incentivos, apesar de repleto de boas intenções e de melhorias significativas (de onde se salienta o aumento nas «prestações após o termo da prestação de serviço militar»), não dá resposta satisfatória a este problema de fundo.

Uma segunda questão a ter em linha de conta, é a «publicidade» das actuais condições, que os militares que já cá estão fazem aos que, hipoteticamente, pretendam ingressar. Ora, (des)motivados por promessas que tardam em ver cumpridas, pelos acessos cada vez mais restritos ao quadro permanente e por um futuro continuamente indefinido, a imagem que transmitem da instituição para o exterior, não poderá ser, obviamente, a melhor.

Para compor o ramalhete, conjugado com tudo o que atrás foi dito, levanta-se um terceiro problema. O citado regulamento de incentivos enferma de dois (gravíssimos) males:

— O primeiro, consiste num contra-senso e prende-se com o facto de todas as condições que se oferecem aos jovens civis serem, precisamente, para quando o militar passar à disponibilidade, i. e., tenta-se seduzir os jovens para entrarem na instituição, oferecendo (algumas) condições, precisamente, para quando saírem;

— O segundo, prende-se com o facto do Decreto-Lei ser demasiado ambicioso com o que promete ao militar na disponibilidade, nomeadamente na formação profissional que oferece, no direito ao subsídio de desemprego (continua a polémica em sabermos por quantos meses temos direito), nas condições preferenciais de ingresso na função pública, nas bolsas de estudo, entre outras, que a instituição militar (continua) a não ter condições para cumprir e que o Governo persiste em se demitir das responsabilidades assumidas e legisladas, pela metade, há dois anos atrás.

No que se refere, em concreto, à nossa classe e aos seus militares RC's, há quase dois anos que esperamos, pacientemente, pela equiparação salarial aos mesmos postos do QP, quando sabemos que os gastos acrescidos são meramente irrisórios. E já desesperamos pelo «suplemento de residência», há muito mais tempo previsto no EMFAR e (novamente!) prometido nos incentivos. Neste último caso, prevê-se que a «coisa» seja bem mais complicada, pois a «dança» das transferências vai começar (também) para o nosso lado...

Ora o maior cego de todos é, precisamente, aquele que persiste em não querer ver.

Os problemas são, objectivamente, estes e resolvê-los não parece tarefa complicada, embora seja mais fácil «esconder a cabeça na areia» como a avestruz e continuar a ter recrutas a começar com metade dos efectivos previstos. Porque será? ●

(leitor identificado, 2SAR/RC FAP)

Conceito Estratégico de Defesa

Continuação da pág. 6

sam com a identidade da própria nação, enquanto projecto comum de um povo.

Por outro lado, é perverso condicionar toda a discussão às amarras dum outro conceito estratégico — o da NATO — que pode até nem coincidir já, na sua totalidade, com os desígnios nacionais e europeus.

A definição de prioridades para estes desígnios nacionais é absolutamente urgente e indispensável. Nesta perspectiva, o empenhamento cívico dos portugueses, na interpretação daquilo que deve ser a nação que os seus antepassados lhes legaram e que eles anseiam projectar no futuro, deve constituir o elemento chave para a resolução deste enigma.

Também, assumindo que o próprio conceito de defesa nacional, não tem excessivamente a ver com o teor militar da própria palavra «defesa», há que encontrar a fórmula correcta de integração da componente militar neste desígnio nacional, sem que isso «militarize» o próprio conceito.

Mesmo dentro das próprias Forças Armadas começa a ser urgente combater o espírito mercenarista que se começa a instalar, fazendo com que estas sejam pagas à missão, quase como que se de uma tarefa constasse, o exercício das operações inerentes à própria condição militar.

Comentários e considerações finais

Como conclusão final e objectiva, é inegável a oportunidade e premência do documento ora divulgado e da sua pública discussão. É antes de tudo, um acto de coragem e um sinal de prometida honestidade que se espera venha a manter-se e a dar frutos na reconquista da confiança entre o Governo e a Nação, entre os militares e o povo português, no que respeita a uma matéria, que anos e anos de atropelos, incúrias, indefinições e falta de afirmação, transformaram numa entidade sem prestígio nem significado, quantas vezes alvo de incompreensões e injustas acusações, como se de um resquício militar se tratasse e não dum conceito integrador e integrante do todo nacional. A Defesa Nacional!

A descaracterização continuada deste conceito ao longo dos últimos tempos, para além de responsável pela cristalização, na sociedade civil portuguesa, duma certa ideia de inutilidade quanto às Forças Armadas, foi ela própria o fermento para uma atabalhoada corrida ao profissionalismo e consequente abolição do chamado serviço militar obrigatório, que não o querendo nós, aqui e agora, pôr em causa, fez com que decisões, possivelmente sustentadas e necessárias, viessem a concretizar-se da pior maneira, na altura errada e sem a preocupação de se atingirem, em tempo oportuno, os pressupostos que lhes dariam, forma, consistência e justificação plena.

Com efeito, cavou-se muito fundo este fosso entre a chamada sociedade civil e os militares, arrastando-se para essa vala de intolerâncias mútuas, o próprio conceito de Defesa Nacional que se foi perdendo e agora nos vai custar muito mais, a todos, redefinir, reconquistar e dignificar. É uma tarefa que a todos diz respeito, por isso o aplauso para a sua discussão pública, que é apenas, no entanto, um começo bem intencionado.

Parece-nos, porém, existir logo no início destas bases um problema mal assumido, quicá mal explicado. Uma confusão que já começou a lançar uma pequena névum de imprecisões e preconceitos que se devem, na nossa perspectiva a uma menos correcta abordagem do próprio conceito.

Defesa Nacional versus Segurança Nacional

Quer-nos parecer, e aqui, obviamente, trata-se duma opinião discutível, porque interpretativa, que existe uma dificuldade de separação de águas entre aquilo que é Defesa Nacional e o que pode ser considerado Segurança Nacional. Para nós, é por demais óbvio que a Defesa Nacional, enquanto conceito genérico, integrador e integrante da integridade nacional, como atrás se disse, é a mãe de todos os conceitos, inegavelmente associado ao conceito de nação e integridade territorial, o que

sustenta a nossa própria existência no quadro geral das nações.

Constituem este conceito de Defesa Nacional, e para ele contribuem com a sua valoração intrínseca em cada uma das áreas respectivas, diversos outros conceitos, preocupações ou valores, sem os quais, na realidade a Defesa Nacional se resumiria a uma questão bélica de defesa do território nacional e então sim, apenas sob a responsabilidade directa dos militares constituídos enquanto Forças Armadas do território.

Não é, no entanto, assim que à luz da nossa história e mesmo dos mais recentes conceitos de integridade e identidade nacional, as coisas se passam e hoje em dia, cada vez mais, o conceito de Defesa Nacional é um vasto leque de preocupações e princípios que todos juntos integram uma vontade uníssona e universal de manutenção dessa integridade e dessa identidade nacional, a que chamamos Portugal!

Daí pois, que quando se começam a delinear bases que misturam, quase ao mesmo nível, Defesa e Segurança Nacionais, surge inevitavelmente a confusão de se poderem vir a atribuir missões de Segurança Nacional, «tout court», ao elemento naturalmente preponderante na área operacional da Defesa Nacional, que são as Forças Armadas. Quando, na verdade, o que se querará dizer é que, determinadas valências das Forças Armadas, podem e devem, em determinadas condições e mediante pressupostos muito precisos e definidos, contribuir com a sua colaboração em certas áreas da Segurança Nacional, não sendo, contudo, essa a sua missão primordial e sem que isso ponha em causa, quer a independência funcional dos sectores naturalmente atribuídos às Forças de Segurança, na sua multiplicidade e diversidade, quer a própria especificidade das Forças Armadas, enquanto expressão armada do nosso próprio conceito de nação.

Por outro lado, sobressaem de todo este enunciado de linhas enformadoras para a enunciação final do, mais desejado que desejável, Conceito Estratégico de Defesa Nacional, linhas de condicionamento bem visíveis, assentes em pressupostos de ordem concepcional, sobre o que julga querer-se dum Portugal, cheio de valores e princípios tecnológicos e materialistas, deixando-se quase nenhuma margem para a capacidade «sonhadora» que o povo sempre tem para reinventar aquilo que é seu.

O Povo não entra neste conceito e apenas nele participa, enquanto figurante

Tentando ser-se menos lírico e mais preciso naquilo que queremos dizer, o que achamos é que a componente anímica e mesmo lúdica, que reside nas trincheiras do pensamento de uma nação, e que se baseia na força natural que um povo tem para resistir, reinventar, criar e subsistir, mesmo para além da própria força que em si encerra, está completamente ausente deste projecto.

Este, baseia-se apenas em pressupostos políticos e geo-estratégicos, deixando a população fora do registo das suas escassas tonalidades conceptuais. O povo não entra neste conceito e apenas nele participa, enquanto figurante e mão de obra barata para os altos desígnios dos políticos que julgam ter atingido o «olimpus» do seu superior destino — governar os ignorantes!

É certo que estamos a ser exagerados nesta apreciação final, mas fazêmo-la convictos de que as nossas palavras poderão ser interpretadas como uma alegoria daquilo que não seria desejável — um conceito estratégico divorciado da realidade e da gente que somos!

E é isso que achamos poder-se retirar deste projecto. Um projecto sem ideal nem espírito sonhador, assente apenas em pressupostos analíticos e geométricos, traçados à régua e esquadro da arte de bem fazer política, uma política quadrada e excessivamente correcta (...ou não) para conter em si o projecto de povo e nação que também queremos ser.

Encerrando este comentário duma forma provocante, mas não menos verdadeira, diríamos, enfim, que falta poesia em tudo isto! Poesia e muito sonho, porque mesmo os políticos deviam de saber que, como diz Gedeão... o sonho comanda a vida! ●

Ponto de Vista

Isenção e crítica

Temos dito inúmeras vezes que a isenção da ANS não significa, nem alheamento, nem indiferença, nem muito menos ausência de capacidade crítica interventiva em matérias que afectem o bom nome, a credibilidade e o normal funcionamento das Forças Armadas.

A nossa capacidade de análise e discernimento tem sido um valioso capital ao longo da nossa existência e com ele temos vindo a moldar a identidade própria da ANS, que se recusa terminantemente a adoptar partido ou defesa de políticas ou processos que não se pautem por uma inequívoca transparência e uma grande elevação de conduta.

Podemos, em determinados momentos do nosso percurso, ter tido divergências pontuais de carácter conceptual ou prático, com os nossos chefes; podemos, em muitas ocasiões, ter tecido críticas e mesmo protestos em relação à política dos Governos, deste ou de outros anteriores, sem que isso ponha em causa o respeito que sempre mantivemos e manteremos pelas instituições democráticas e a própria autoridade do Estado. A solidariedade que em qualquer altura julgarmos oportuno e válido mostrar para com qualquer Governo, será aquela que for ditada pela prática governativa e o seu conteúdo programático. Temos orgulho na manutenção da nossa independência, que se rege por princípios de honestidade e dignidade, na intransigência de quaisquer influências estranhas ao conteúdo em análise.

De igual modo se põe a questão da solidariedade às chefias e mesmo, em certos casos, às pessoas, se for caso disso. A nossa indelével ligação à instituição militar faz com que prezemos sobremaneira as virtudes e os valores daqueles que intransigentemente a defendam, mesmo à custa do sacrifício da sua própria carreira. É assim que, independentemente de quaisquer circunstâncias políticas ou de relacionamentos menos claros, consideramos que a instituição militar deve ser preservada de determinado tipo de estratégias que tenham a ver mais com projectos pessoais de poder do que com a verdadeira condução dos negócios de Estado e o respeito por quem os executa, com mais ou menos dificuldades.

Todos sabemos que o processo de nomeação das nossas chefias, divergindo substancialmente daquele que era norma no passado, assenta numa base de confiança política forte e num processo de escolha pelo Governo, confirmada depois pelo Presidente da República. É um processo que choca aqueles mais arraigados a uma certa ideia de poder militar, que assentava num forte entrosamento entre poder e forças armadas e que derivava de um conluio muito visível entre aquilo que o poder determinava e o que as forças armadas defendiam. Emergia assim uma ideia de poder e independência das forças armadas, o que lhe permitia exercer este processo de escolha intra-muros, dando assim a ideia de que os chefes eram eleitos pelos próprios militares. Tratava-se, contudo, de um processo calculado e assente em normas de relacionamento muito precisas e que apenas, como é óbvio, consideravam como universo para essa escolha, as altas patentes, deixando os mi-

litares, contudo, com a ideia de que se os chefes se escolhiam entre si, isso constituía uma salvaguarda para a própria independência das forças armadas, sentindo-se assim como que protegidos das maleitas da política e da sociedade civil, o que lhes dava a sensação de que os seus verdadeiros protectores seriam os chefes que até tinham poder suficiente para se saberem impor aos próprios Governos.

Foi um método que teve o seu tempo e, quiçá a sua razão de ser, mas que decididamente se extinguiu e com ele as motivações que lhe davam razão de existir. Hoje em dia, no sistema democrático adoptado, seria impensável voltar a essa solução, porque ela contraria todos os preceitos dum Estado democrático parlamentar, em que o poder está definitivamente nas mãos dos eleitos, e esses são inquestionavelmente o poder civil.

Assenta na própria caracterização daquilo que são ou não as forças armadas, a capacidade para se aceitar ou não este processo. Mas partindo do princípio, assumidamente pacífico, de que as forças armadas são um instrumento da Nação, constituído para a defesa da sua integridade territorial, dos seus interesses e da sua identidade cultural e histórica, então fácil será de admitir que compete aos Governos, democraticamente eleitos e assentes numa democracia parlamentar estável e reconhecida, a tarefa de se constituírem em responsáveis máximos pelas forças armadas e que estas lhe devam obediência e respeito, como as demais estruturas do Estado democrático. Sendo que obediência não signifique subjugação mas apenas subordinação ao poder civil, dentro das normas estabelecidas para um normal Estado de direito.

Reconhecido que é este estatuto, difícil seria encontrar outro processo para a nomeação das chefias, que não fosse o da escolha, assente em critérios de qualificações profissionais, de consenso e duma inquestionável confiança política.

Acontece, porém, que a questão da confiança política não pode reduzir a tarefeiros quem quer que seja e aos chefes militares, dentro de parâmetros de bom senso e de idoneidade moral, deve, por um lado, ser atribuído respeito e capacidade de intervenção e por outro, dedicar-lhes uma especial atenção nos seus conselhos e opiniões, mantendo-lhes sempre uma porta aberta para a exposição dos seus conceitos e estratégias, dificuldades e impedimentos, pois eles representam, apesar de tudo, um grupo profissional e de servidores do Estado com responsabilidades acrescidas, que lhes advêm dum juramento de fidelidade único e definitivo – o do sacrifício da própria vida! E enquanto este simples facto não for encarado em toda a sua extensão, vão persistir, certamente, factores de conflituosidade e agastamento entre o poder e as forças armadas.

Na linha de afrontamento entre o exercício dum certo poder e a indiferença mais ultrajante, face a insistentes chamadas de atenção por parte da chefia, não resta ao visado outra reacção, que não seja a da denúncia pública da situação debilitada em que as forças armadas se encontram para o desempenho das missões que, decretadas pelo Governo, são no entanto pagas por todos. O per-



curso que leva um chefe militar a sentir que deve exercer o seu próprio "direito à indignação", e mesmo assim de uma forma extremamente delicada e sopesada, fazendo saber à opinião pública das dificuldades que tem para manter o cabal exercício das suas responsabilidades, só o futuro o poderá, talvez desvendar, pois trata-se de um processo desgastante e corrosivo, que só ele próprio e os seus colaboradores mais directos poderão testemunhar. Não deve ser fácil, contudo, que alguém que assumiu uma determinada missão perante as forças armadas, às quais dedicou toda a sua vida, seja levado a tornar público, de certo modo, a sua incapacidade para levar a "carta a Garcia". O facto, contudo, do compromisso assumido ser com as próprias forças armadas, dá-lhe então a nobreza de deixar à responsabilidade de quem o nomeou o ónus de lhe retirar a mesma confiança então reconhecida. Fica com certeza incólume a confiança entre o militar e as forças armadas que foram a razão da sua própria existência.

Serviu tudo isto para enquadrar a posição da ANS no meio de toda esta engrenagem. É bom que se saiba, portanto, que a ANS, enquanto associação representativa dos militares, reflecte sobre tudo isto e não flutua, indiferente e abstracta, no meio de toda esta conflituosidade. Defendemos o conceito da equidistância. É certo! Mas duma equidistância activa que nos permita, sem animosidades nem subserviências, poder reflectir e dar a conhecer qual a nossa interpretação e juízo, em cada momento de cada episódio. Sabemos reconhecer quando há boa vontade para atender aos nossos anseios mas também sabemos que nada se faz sem a nossa luta, o nosso trabalho, a nossa constante predisposição para mostrarmos caminhos e apontarmos soluções. Da parte do Governo, nada nos é oferecido, mas antes reconhecido e aí reside a grande diferença. Em vez de gratos devemos antes registar a maior ou menor boa vontade para resolver os nossos problemas. E isso não penhora a nossa independência e a nossa própria identidade. É uma relação de respeito, de princípios e valores, aquela que defendemos e nunca de dependência de quem quer que seja.

Sendo a nossa condição de militares, é justo que defendamos a instituição e com ela a posição e a função dos nossos chefes, sem que isso igualmente nos em-

penhe numa subserviência que nunca iríamos admitir. Respeitamos a instituição e as chefias mas não pactuamos com quaisquer desvios da respeitabilidade que isso exige. Por isso, não temos qualquer hesitação em reconhecer as posições verticais e dignas de qualquer chefe, facto que aliás nos fortalece a todos e a todos diz respeito.

Seria igualmente desejável que as chefias, e muito já foi conseguido neste aspecto do seu relacionamento entre estas e as associações, tivessem cada vez mais uma perspectiva de respeito e aceitação face aos órgãos representativos dos militares e partilhassem com as associações, como expresso na lei, aliás, a responsabilidade de lhes darem a conhecer projectos de regulamentações e normas que afectem o carácter sócio-profissional dos militares e que pudessem contar com a sua participação nos textos finais destes diplomas, facto que engrandeceria fortemente a componente funcional dos mesmos.

Todos não somos demais para contribuirmos para a dignificação das nossas forças armadas, assim haja o bom senso e a humildade para nos considerarmos todos importantes e factores contributivos para o bem estar de todos nós, sem distinção de estrutura ou categoria!

Ao poder compete honrar e estimular as forças armadas, envolvendo-as no projecto global da nação, sem que isso, em momento algum, se possa confundir com estranhos envolvimento em estratégias de poder pessoal ou ocas aritméticas de maiorias ou minorias pontuais, que nada têm a ver com a história e os valores dum povo que sempre se reviram nas suas forças armadas.

Ao poder, compete exercê-lo, e não jogá-lo ao ritmo das suas próprias insuficiências programáticas e executivas! As forças armadas não se compadecem com manobras de bastidor e processos mediáticos mais ou menos manipulados que visem atingir os seus responsáveis, sob pena de ser a própria instituição a sofrer o ataque, contra o qual, infelizmente, por via dos seus princípios e valores, não tem modo de se defender. Os militares, mesmo em combate, têm elevados conceitos de respeito de que nunca abdicam porque assim foram educados!

Lisboa, 2 de Novembro de 2002

Um leitor identificado

Notícias da EUROMIL

Higiene e Segurança no Trabalho para Militares em debate

A "Higiene e Segurança no Trabalho para os Militares nas Forças Armadas Europeias - A Importância do Diálogo Social", foi o tema do 6.º Seminário Internacional da EUROMIL, que decorreu nos dias 8, 9 e 10 de Novembro, em Vaerlose, uma vila próximo de Copenhaga, na Dinamarca. Este evento teve o apoio da Comissão Europeia.

As mudanças nas missões político-militares, a estrutura das próprias forças armadas, a tendência para uma cada vez maior cooperação multinacional, tudo isto contribuiu de uma forma mais ou menos significativa para o avolumar de problemas na área da higiene e segurança no trabalho, riscos particularmente sensíveis na vertente social.

Conjuntamente com conceituados especialistas de relevantes instituições e organizações de âmbito nacional e europeu, pretendeu a EUROMIL debruçar as atenções sobre o estado actual da higiene e segurança no trabalho e os seus padrões aplicados ou a aplicar nas forças armadas dos diversos países europeus, a implementação das respectivas directivas da União Europeia e os problemas específicos de higiene e segurança no trabalho com que os militares europeus são diariamente confrontados.

Este seminário quis sublinhar a importância da existência de padrões mínimos para os militares e a necessidade de consulta, direito de participação e diálogo social ao nível das várias nações da UE no que concerne às matérias de higiene e segurança no trabalho para os militares. Fazemos, a seguir, um resumo das intervenções.

Helge Adam Moller, presidente da Comissão de Defesa Dinamarquesa, abordou o tema "Higiene e Segurança no Trabalho nas Forças Armadas Dinamarquesas - Um Ponto de Vista Político". Referiu, entre outras questões, como uma das mais importantes, a necessidade de preparação, treino e educação nestas matérias. A preparação deverá ser dura, técnica e realista, mas tão segura e forte quanto possível pois são os soldados que partem nas missões que enfrentam de facto os riscos. As questões de higiene e segurança no trabalho são muito respeitadas na Dinamarca e levadas muito a sério pelos responsáveis na preparação dos homens que integrarão as missões. Teceu algumas críticas ao fim do serviço militar obrigatório, que entende poder vir a ser um ponto de fragilidade no que às matérias de higiene e segurança no trabalho diz respeito, pois é menor o universo dos cidadãos que ficarão sensibilizados.

Padrões mínimos e sua máxima aplicação

O director do Sindicato dos Quadros Técnicos, Marc Sapir, abordou o tema "A Importância da Existência de Padrões Mínimos e sua Máxima Aplicação". É seu entender que a Directiva Europeia obriga todos os empregadores a cumprir as normas de protecção. Estas questões não se podem dirigir apenas ao nível dos empresários. Em que posição é que "joga" o Estado em todos estes aspectos? A longevidade dos cidadãos é afectada de acordo com as condições de trabalho, por isso é importante que as inspecções de trabalho e as inspecções preventivas funcionem. É também importante que a Comissão Europeia funcione, que verifique os trabalhadores que não são abran-



gidos pelas diversas directivas e procure, a partir daí, modificar a respectiva directiva de modo a cobrir estas lacunas.

É necessário questionar os serviços médicos. Muitos trabalhadores não beneficiam deste direito. Não podemos apenas pedir que os outros proporcionem meios, quantias, protecções. Temos que nós mesmos criar e procurar ajudar a criar os meios para tal. As questões de higiene e segurança no trabalho não são matérias apenas para técnicos especializados mas deverão ser preocupações de todos nós.

O General Rosgaard K. Ebbe, Comandante do Pessoal das Forças Armadas Dinamarquesas, que é também o responsável pelas condições do ambiente de trabalho, falou sobre o tema "O Papel do Ambiente de Trabalho nas Forças Armadas Dinamarquesas". Para o General Rosgaard as forças armadas deverão estar bem treinadas, bem motivadas, bem equipadas. Por isso a necessidade de grande prioridade para os militares. Só assim poderão ter um elevado sentido dos seus direitos, das suas responsabilidades e de sentido de democracia.

De acordo com as suas palavras, a Dinamarca segue, nas forças armadas, a legislação de trabalho existente para os demais trabalhadores, excepto como é óbvio, em tempo de guerra ou crise.

Existe uma comissão para lidar com estes aspectos, da qual o Gen. Rosgaard é o presidente e todas as pessoas com assento na comissão têm direito ao uso da palavra. Consideram-se muito abertos e atentos às normas que existem na lei, mas não se limitam cegamente à lei. Estão neste momento a trabalhar, em conjunto com a Alemanha, a Holanda e a Noruega numa matéria que tem a ver com os efeitos da Radiação Radar.

O Gen. Rosgaard terminou dizendo que "o homem tem de ser protegido da melhor forma possível pois é o factor mais importante".

Diferentes Bandeiras, os mesmos Deveres, Direitos Iguais

Carlo Barbiaux, belga, especialista da EUROMIL em questões de higiene e segurança no trabalho, abordou o tema "Higiene e Segurança no Trabalho: Diferentes Bandeiras, Os Mesmos Deveres, Direitos Iguais". Questionou as diferentes inter-

pretações que os diversos países dão para uma mesma directiva — 391,12 Jun 89 —, que embora não tenha carácter vinculativo deveria ser uniformemente aplicada mas que, mercê de traduções e interpretações restritivas se vê ser alvo das mais diversas leituras, o que provoca relativamente a questões de higiene e segurança no trabalho aplicável aos militares haver países que a aplicam na totalidade, outros que a aplicam parcialmente e outros que pura e simplesmente não a aplicam.

Seguiu-se um pequeno espaço de debate em que foram postas questões sobre análise de riscos antes das missões, condições de trabalho em diversos países, realidades diferentes entre países que partilham missões conjuntas e trabalham em grupo.

O segundo dia de trabalho foi dividido em quatro "workshops". O primeiro tema escolhido foi "Higiene e Segurança nas Forças Armadas - as experiências nacional e multinacional: problemas e ideias para melhoramento".

O segundo tema foi "Directivas sobre Higiene e Segurança no Trabalho - sua aplicação ao pessoal militar e harmonização com a lei". Seguiu-se a abordagem do tema "Higiene e Segurança nas Forças Armadas - as experiências nacional e multinacional no decurso de missões no estrangeiro: situações especiais e desafios".

O último tema debatido foi "Directivas sobre Higiene e Segurança no Trabalho - Análise das perspectivas futuras e necessários melhoramentos".

O terceiro e último dia de trabalhos decorreu no Parlamento Dinamarquês, sendo dividido em duas fases. Na sessão plenária foram apresentados os resumos do que se debateu em cada uma das workshops do dia anterior. O debate que se seguiu foi composto pelo seguinte painel:

- Dr. Wim F. van Eekelen, vice-presidente da assembleia parlamentar da NATO e membro do grupo de trabalho "Defesa" da Convenção, sobre o futuro da Europa;

- Sr. Olle Schmid, deputado dinamarquês e membro da comissão de direitos e liberdades dos cidadãos;

- Dr.ª Teresa Moitinho de Almeida, administradora Principal na Comissão Europeia para questões de Higiene e Segurança no Trabalho, Emprego e Assun-

tos Sociais;

- General Alain Devignon, chefe do Departamento de Bem Estar, Forças Armadas Belgas.

O Sr. Schmid referiu que os deputados europeus se sentem limitados pelos condicionamentos inerentes à dificuldade em implementar as directivas.

O Dr. van Eekelen colocou a ênfase nas forças multinacionais. Em virtude destas missões acredita que se estão a esbater as diferenças entre pequenos e grandes países, pois todos desempenham o seu papel nestas missões, onde é necessário intervir. É necessária uma grande e cuidada preparação das forças até devido ao choque cultural que algumas missões obrigam.

A Dr.ª Teresa Moitinho referiu ser necessária a criação de uma base específica sobre questões de Higiene e Segurança no Trabalho para que estas medidas sejam efectivas nos planos físico, psíquico e social. Informou que a Comissão Europeia propôs aos legisladores europeus uma nova abordagem sobre higiene e segurança no trabalho. Referiu a existência de um "acquis" comunitário como base de apoio. A legislação deverá, no seu entender, ser forçada por em prática. É necessário mudar condutas e atitudes em relação à higiene e segurança no trabalho. Mas é essencialmente necessária muita formação, de ceder.

O Gen. Devignon referiu a absoluta necessidade de uma boa saúde física, moral e mental. Ele próprio é responsável pelo ambiente, pela implementação dos regulamentos e directivas sobre estas matérias e também pela condição médica dos homens que integram as forças armadas belgas.

Como nota final cabe aqui informar que, dada a oportunidade, sensibilidade e urgência destes tipos de temas, e impossibilidade de estar presente um especialista na matéria, a ANS se fez presente neste seminário pelo presidente da Direcção, A. Lima Coelho, que numa das ocasiões de debate realçou o pesar pela ausência de outros técnicos especialistas destes assuntos por parte dos Ramos das Forças Armadas e dos departamentos competentes na área do Governo, pois é sabido que o convite enviado formalmente para diversas reuniões. O estado das coisas no nosso país, e particularmente nas Forças Armadas, no que diz respeito às condições de saúde, higiene e segurança no trabalho justificaria por certo uma presença mais significativa (essencialmente pelo pessoal tecnicamente mais qualificado). Por parte da nossa congénere AOFA, teve presente um elemento especializado em NBQ, o 1TEN Rogério Marques.

É igualmente de realçar que, da parte de países que ainda não reconhecem o direito ao associativismo militar, como o caso da Grécia, foi sentida a oportunidade e valor deste tipo de seminário. Assim, esteve presente ao longo dos trabalhos um capitão médico da Força Aérea Grega. É um exemplo que gostaríamos de ver frutificar.

Um longo caminho ainda está por percorrer neste campo, mas temos a firme convicção que unindo esforços e energias, internamente com os nossos camaradas e externamente com todas as organizações que pugnam pelo reconhecimento de direitos e melhores condições de trabalho, alcançaremos os objectivos a que nos propomos, a dignificação das condições de trabalho do soldado em uniforme". ●

INTERNACIONAL

Convénio em Oeiras

Decorreu, no dia 12 de Outubro, nas instalações do CASO/IASFA em Oeiras, mais uma reunião do "Convénio de Évora". Este convénio integra duas associações portuguesas (ANS e AOFA) e duas associações espanholas (AMARTE e CIOFAS) e reúne duas vezes por ano.

Esta reunião teve um figurino diferente, não apenas na agenda do encontro como também, e sobretudo, pela composição da mesma. Estiveram presentes como convidadas a assistir a esta reunião, as seguintes associações: ASMIR – Associação dos Militares na Reserva e Reforma (Portugal); APA – Associação de Praças da Armada (Portugal); AOG – Associação de Oficiais da Guarda (Portugal); APG – Associação dos Profissionais da Guarda (Portugal); ANCE – Associação Nacional de Contratados do Exército (Portugal); AUGC – Associação Unificada da Guarda Civil (Espanha); AMiD – Associação de Militares Democráticos (Itália).

Depois das boas vindas dadas pelo coordenador do Convénio, Paco Milán (AMARTE), seguiu-se uma pormenorizada apresentação sobre o que é a EUROMIL e os seus objetivos, feita pelo representante das quatro associações signatárias do convénio e membro da Direcção da Euromil, Alpedrinha Pires (AOFA).

Instadas a pronunciarem-se sobre esta matéria, a ASMIR afirmou que manterá o estatuto de observador no Convénio, a APA e a AMiD solicitaram que lhes fosse conferido este estatuto de observador no Convénio, com vista a uma possível adesão ao mesmo. A AOG, a ANCE e a AUGC deverão submeter esta questão de eventual ligação ao Convénio e/ou à Euromil à decisão das respectivas Assembleias Gerais. A APG continuará a colaborar com as asso-



ciações, como tem sido prática até este momento, mas tem contactos mais estreitos com organizações na área policial.

A tarde os trabalhos prosseguiram com a presença das associações signatárias do Convénio e das que detêm ou solicitaram o estatuto de observadores. Fez-se um ponto da situação quanto à realidade associativa nos países. Analisaram-se os re-

sultados saídos do Presidium de Sevilha, sendo de realçar o êxito político que este evento proporcionou mas, por outro lado, o contra-ataque fortíssimo das chefias militares que entretanto se faz sentir. Concluiu-se da necessidade de uma preparação forte para a discussão das alterações a introduzir no seio da Euromil, que irão ocorrer no Presidium, em Sonthofen, Alemanha, na próxima Primavera. No final, foi apresentado o novo coordenador do Convénio, uma vez que o actual deixará o cargo por motivos pessoais e familiares. Nova reunião do Convénio ficou agendada para Março de 2003, desta feita em terras de Espanha.

Ficaram lançadas sementes para um reforço da posição das associações militares do Sul da Europa, associações essas que enfrentam actualmente grandes dificuldades no plano do reconhecimento de direitos, onde o recente exemplo português pontifica como um oásis no meio da aridez das políticas sociais dos países do Sul da Europa. Esperemos que, como em tudo, a união faça uma vez mais a força. ●

Actividade DESPORTIVA

Desporto na ZMM

Inserida nas comemorações do 9.º aniversário do Regimento de Guarnição N.º 3, realizou-se, em 22 de Setembro, uma prova de Atletismo organizada pelo Instituto do Desporto da R. A. Madeira (IDR AM). Este evento faz parte do campeonato "Madeira a Correr".

Nesta competição participaram equipas regionais federadas, militares e da segurança pública, nos escalões juvenis e séniores, este último na distância de 5200 metros. No final, o Comando da Unidade proporcionou um convívio entre atletas.

Para os camaradas da ZMM foi uma agradável surpresa a Associação Nacional de Sargentos surgir representada em provas desportivas deste género. Saliente-se o brilhante 2.º lugar da ANS na classificação geral por equipas em Masculinos e Femininos (na foto a equipa do núcleo ANS do RG3). Os nossos parabéns aos atletas.



Penela Natura'2002

Uma equipa da ANS esteve na competição Raide Penela Natura'2002, entre as serras de Sicó e Lousã, tendo obtido um brilhante 3.º lugar, de entre 32 equipas. A prova, que decorreu nos dias 6 e 7 de Outubro, é a primeira da época 2002/2003 e conta para o Campeonato Nacional de Corridas de Aventura. A próxima prova decorre em Vimioso, a 30 de Novembro.

Na época transacta, 2001/2002, a ANS/Raid ficou classificada em 6.º lugar. O 3.º lugar na 1.ª prova deste ano é promissor para novos êxitos. ●

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

■ **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059

■ **Lagoa** (Algarve) — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

■ **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Motril, Lda, para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

■ Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.

■ Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolo da ANS com as seguintes empresas:

■ **Recauchutagem Torrejana**, com descontos de 25% a 35% da tabela de revenda. Pagamento no acto de compra. Bairro do Nicho

Tel. 249 822 515 / 249 822 161. Torres Novas

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falção de Sommer, 30 A

Tel: 249 725 649.

Entroncamento

■ **NOTA:** Foi suspenso o protocolo com a **HiperPneus**. ●

Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 6\$00 por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de pontos

para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPSA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPSA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à secretaria da ANS, em Lisboa. ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodontia.

Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas
Tel. 214 160 672 / 919 469 529

■ **Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)

Entroncamento

Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo estabelecido com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Fragoso, 4, em Évora, que pratica um desconto de 15%+5% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Um dos aspectos interessantes é o facto desta firma ter uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm um já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 5% de desconto. Informe-se junto da ANS. ●

OBS.: Informa-te sobre estes protocolos junto da ANS. ●

TRÊS ANOS DEPOIS UMA REALIDADE!

Equiparação retributiva

O DL 207/2002 de 17 de Outubro, veio pôr fim a uma prolongada luta (três anos precisamente), pela equiparação retributiva dos militares com as forças de segurança.

Cabe agora, fazer o balanço deste processo, com o sentimento de orgulho pela vitória alcançada, mas simultaneamente com a frieza possível, e a serenidade que permita extrair os ensinamentos, tão necessários quanto fundamentais, para os combates futuros, nesta caminhada sócio-profissional que ininterruptamente teremos que percorrer.

Ao longo destes três anos sempre afirmámos que esta batalha iria ser longa, dura e muito difícil, e que requeria de todos nós – Sargentos de Portugal – uma enorme determinação, unidade, persistência, mas fundamentalmente grande inteligência e confiança. Mas, também afirmámos que se conseguíssemos ser tudo isto, a equiparação retributiva seria um facto, só não sabíamos quando... Pois, ela aqui está!

Nesta longa batalha utilizámos todos os meios que a nossa criatividade soube encontrar: fizemos exposições dirigidas às chefias militares; pressionámos o Governo e os partidos da oposição; fomos ao Parlamento; passeámos fardados; recusámos a ir almoçar às messes; persistentemente fomos à residência oficial do Primeiro-Ministro solicitar uma audiência,



Foi a primeira vez que uma alteração ao sistema retributivo dos militares resultou numa negociação directa entre o Governo e a ANS

cia, sempre negada, aliás como negada vinha sendo a solução reclamada.

Este combate, como qualquer outro, não se faz sozinho, e a outra ou as outras partes também o fazem e procuram, com os meios poderosos que dispõem,

contrariar os factores que nos podem conduzir à vitória. Procuram minar a nossa unidade, abalar a nossa determinação, quebrar a nossa persistência, destruir a nossa confiança.

Sendo verdade que em determinados

momentos, alguns de nós sofreram os efeitos do desgaste provocado pelo combate, também é verdade que colectivamente sempre soubemos ultrapassar desânimos, dúvidas e desconfianças, porque o associativismo quando praticado com rigor, inteligência e com profundas raízes na massa representada é quase indestrutível.

Entrou-se agora numa nova fase deste processo: a da negociação directa com o Governo. Processo por vezes nada fácil, para mais quando se estão a dar os primeiros passos nesta vertente importante para qualquer solução. Há que relevar neste momento que, independentemente do resultado obtido, foi a primeira vez que uma alteração ao sistema retributivo dos militares resultou numa negociação directa entre o Governo e a ANS, sem interferência doutras instituições. Isto, por si só, é um marco histórico que não podemos deixar passar em claro, e uma importante vitória do movimento associativo sócio-profissional dos militares.

Temos consciência que a tabela indicária ora aprovada pelo DL 207/2002 não é a solução, nem dispensa uma alteração profunda ao sistema retributivo, mas é a base de partida para a alteração necessária que a partir de 2003 terá que ser estudada e discutida, como acordado, em sede de negociação, com o MDN. ●

PLANO ANS DE SEGUROS

A ANS celebrou com um corretor especializado em seguros individuais e familiares, um protocolo de prestações de serviços, englobando um conjunto de produtos do ramo segurador, a **preços significativamente baixos e exclusivamente** para Sargentos sócios desta Associação.

Eis alguns exemplos da gama de produtos disponíveis:

- ✓ **AUTOMÓVEL** (Responsabilidade Civil, incluindo Assistência em Viagem, Ocupantes de Viatura e Protecção Jurídica)
 - ☛ Preços a partir de 135 euros/viatura
- ✓ **MUTI-RISCOS/HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
 - ☛ Paredes 2.90 euros/5.000 euros
 - ☛ Recheio (5.19 euros/5.000 euros)
- ✓ **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica – trabalho à hora)
 - ☛ Preços a partir de 7.10 euros por cada 500 euros
- ✓ **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença/acidente)
 - ☛ Preços a partir de 37.31 euros/ano
- ✓ **VIDA** (exclusivo para sócios da ANS, incluindo missões no estrangeiro)
 - ☛ Coberturas: Morte, Invalidez Total e Permanente

Exemplos:

Capital seguro: 5.000 euros Função: Adm/Operacional-Risco Standard
 Militar (idade): 30 anos
 Custo/Total/Mês: Portugal e Países da EU → 1.15 euros/mês
 Comissões fora UE (Kosovo, Timor, etc) → + 0,83 euros/mês

CONTACTA:

Sede da ANS: ☎ 21 815 49 66 / Fax: 21 815 49 58.

Paga menos pelos teus seguros
aderindo ao Plano da ANS

Para mais informações, recortar e enviar para a ANS, Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º 1900-088 Lisboa

Nome: _____ Nº sócio _____

Morada: _____

Telefones p/contacto: _____

- ✓ ou, consultar os Delegados da ANS ou a sua sede, pelo telefone 218 154 966 ou fax 218 154 958
- ✓ ou, através do Serviço do Corretor, pelos telefones 214 351 154 e 214 358 271 ou fax 214 363 214
- ✓ ou pelo e.mail: declaseguros@clix.pt

Almirante Mendes Cabeçadas
novo CEMGFA

Foi nomeado e tomou posse, no dia 4 de Novembro, do cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Almirante José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas.

O Almirante Mendes Cabeçadas tinha sido nomeado Chefe do Estado Maior da Armada há menos de um ano, tendo sido então, como agora, uma escolha do Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas.

A ANS endereça a S. Exc. o Almirante Mendes Cabeçadas, com quem já tinha tido oportunidade de se reunir, enquanto CEMA, os votos das maiores felicidades no seu novo cargo, na certeza de que o seu sucesso pessoal nas novas funções agora assumidas, constituirá igualmente o engrandecimento das Forças Armadas, a sua dignificação e a sua projecção no espectro da sociedade portuguesa.

Como epílogo dum processo amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação social e mediante proposta do Governo, foi exonerado do cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, no dia 22 de Outubro, o General Alvarenga de Sousa Santos.

Entre outras importantes missões desempenhadas ao longo dos dois anos em que permaneceu neste cargo, o General Alvarenga de Sousa Santos mostrou ser um sério defensor duma profunda reestruturação dos órgãos superiores da Defesa Nacional – MDN e EMGFA – tendo para o efeito deixado avançados estudos para uma maior operacionalidade, eficácia e redução de meios destas estruturas, tendo dado especial atenção à criação do inexistente cargo de "Chefe da Defesa" (CHOD), facto que poderia trazer à Defesa Nacional o impulso de renovação,

actualização e prestígio, tão reclamado por militares e políticos. A ANS, que sempre manteve com S. Exc. o General Alvarenga de Sousa Santos um relacionamento

de elevado entendimento e convergência de muitos pontos de vista sobre matérias do âmbito social e profissional dos militares, regista o afastamento deste militar como um acto normal à luz da legislação vigente, não deixando, no entanto, de manifestar o incómodo que constitui sempre, ver um militar partir, nomeadamente sem poder concluir a missão para que superiormente tinha sido apontado.

Julga pois a ANS, ser normal e compreensível, endereçar ao Sr. General Alvarenga, o reconhecimento pela missão cumprida até ao limite do possível, bem assim como os votos das maiores felicidades nas tarefas que ainda julgar oportuno vir a desempenhar e na sua própria vida pessoal.

CEMA Almirante
Vidal Abreu

O novo Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Vidal Abreu, tomou posse no dia 25 de Novembro. Até à data desempenhava as funções de vice-CEMA, tendo antes dirigido o Instituto Hidrográfico e a Superintendência do Serviço de Material.

A ANS endereça ao Sr. Almirante os votos dos maiores sucessos na sua nova missão. ●